

Por um anno .....	10\$000
Por seis mezes .....	5\$000
Por tres mezes .....	3\$000

Avulso por folha .....	\$040
Anuncios, por linha .....	\$060

A correspondencia official da capital do ser dirigida ao escriptorio do Diario de Lisboa, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve commetter, *franca de porte*, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o Diario de Lisboa.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

Por um anno .....	12\$000
Por seis mezes .....	6\$000
Por tres mezes .....	3\$000

Comunicados e correspondencias, por linha .....	\$060
---	-------

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do Diario de Lisboa, rua Augusta n.º 224 e 226.

# DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

## PARTE OFFICIAL

### MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL

3.ª Repartição—3.ª Secção

Usando da autorisação conferida ao governo pela lei de 4 junho do anno passado; conformando-me com a consulta da secção administrativa do conselho d'estado, e com o parecer do conselho de ministros: hei por bem conceder a Martiniana de Mendonça e Vasconcellos, e a suas filhas Sophia de Mendonça e Vasconcellos, Christina de Mendonça e Vasconcellos, e Martiniana de Mendonça e Vasconcellos, a pensão annual e vitalicia de 150\$000 réis, para ser dividida entre todas quatro, em remuneração dos serviços relevantes prestados pelo marido e pae das supplicantes Francisco Venancio de Mendonça e Vasconcellos no tratamento dos enfermos atacados pela cholera morbus, quando esta moléstia assolou a ilha da Madeira em 1856, e visto acharem-se comprovados por informações e documentos, assim os serviços, como as penas circunstantes e desamparo em que ficaram as supplicantes pelo fallecimento do referido Francisco Venancio de Mendonça e Vasconcellos.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 23 de fevereiro de 1860.—REI.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

DIRECCÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

1.ª Repartição

Tomando em consideração a consulta do conselho geral de instrução publica de 20 do corrente mez, sobre a necessidade de adoptar as conveniências providencias para regular a escolha de livros por que se deve ler nas escolas publicas, de modo que, tornando quanto possível uniforme o ensino na instrução primaria e secundaria, se evitem os graves abusos da introdução, tanto n'estes dois ramos da instrução nacional, como nos cursos superiores, de compendios que, ou pela sua deficiencia, pelos erros de doutrina, ou pelos vicios de uma linguagem menos accurada, possam ser prejudiciaes á educação moral da mocidade, ao aperfeiçoamento do ensino e ao progresso das sciencias;

Considerando que o estado tem incontestavel obrigação de prevenir que nas escolas, tanto publicas como particulares, sobre as quaes a lei lhe confere o direito de inspecção, se leia por livros subversivos dos bons principios da sociedade, da moral e da religião fundamental;

Considerando que ainda em relação aos livros destinados ao ensino, que não continham doutrinas offensivas d'aquelles principios, cumpre evitar a adopção dos que, por sua incorrecção e viciosa locução, só servem para barbarisar o idioma nacional, em vez de concorrerem para crear o gosto e fazer conhecidos os primores e opulencia da lingua vernacula;

Considerando quanto convem estremer os livros que devem ser adoptados como texto nas escolas publicas e particulares d'aquelles que, merecendo approvação, não reuñem contudo todas as necessarias condições para satisfazer cabalmente ás verdadeiras necessidades do ensino escolar;

Considerando finalmente que é indispensavel abrir concurso para, por meio de premios estabelecidos na legislação vigente, se promover a redacção de compendios apropriados ao ensino de diversas disciplinas da instrução primaria, onde maior escassez ha de bons livros elementares;

Hei por bem, conformando-me com a consulta do mesmo conselho geral de instrução publica, e usando da faculdade concedida pelo decreto, com sancção legislativa, de 20 de setembro de 1844, e carta de lei de 12 de agosto de 1854, decretar o regulamento para a adopção e approvação das obras destinadas ao ensino, que com este baixa assignado pelo ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, que assim o terá entendido e fará executar. Paço das Necessidades, em 31 de janeiro de 1860.—REI.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

### Regulamento para a approvação e adopção das obras destinadas ao ensino

#### CAPITULO I

DA QUALIFICAÇÃO DAS OBRAS LITTERARIAS EM RELAÇÃO AO ENSINO

Artigo 1.º As obras publicadas pela imprensa, pela estampa ou pela lithographia, em Portugal ou fóra d'elle, dividem-se, em relação ao ensino, em obras adoptadas, obras approvadas e obras prohibidas.

Art. 2.º As obras adoptadas são as que o governo admite, com exclusão de todas as outras, para servirem de texto em todas as aulas e estabelecimentos publicos de instrução primaria, secundaria, superior ou especial.

Art. 3.º As obras approvadas são todas as que, não contendo nada que offenda a religião, a moral e constituição, o estado julga, pelo seu merito litterario ou scientifico, poderem contribuir para a civilização do Portugal.

Art. 4.º As obras prohibidas são as que, por conterem doutrinas offensivas da religião, da moral e da constituição, não podem ser usadas nas aulas publicas ou particulares.

Art. 5.º A qualificação das obras em relação ao ensino é feita pelo conselho geral de instrução publica. O governo, ouvido o parecer do conselho, decreta a qualificação definitiva.

§ unico. As obras destinadas ao ensino religioso na instrução primaria e secundaria são qualificadas, ouvido o prelado diocesano.

Art. 6.º O conselho geral de instrução publica divide as obras para a sua qualificação pelas tres secções, de que se compõe.

A 1.ª secção pertencem todas as obras elementares destinadas ao ensino primario, e todas as que se referem á educação physica, moral e religiosa.

A 2.ª secção pertencem as obras que tratam de linguas, de philosophia, de litteratura, de historia, de antiguidades, e todas as que forem destinadas á instrução secundaria.

Á 3.ª secção pertencem as obras, que têm por objecto as sciencias mathematicas, physicas, naturaes, juridicas, ecclesiasticas e todas as que tratam de bellas artes.

§ unico. O conselho pôde submeter ao juizo de commissões especiaes, já estabelecidas ou creadas ad hoc, qualquer publicação litteraria ou scientifica, quando o julgar conveniente.

Art. 7.º Os autores, editores ou proprietarios, que desejem obter para qualquer obra já publicada a approvação, entregam na direcção geral de instrução publica o seu requerimento acompanhado de um exemplar da obra, que submettem á censura. O governo remette a obra ao conselho geral de instrução publica.

§ unico. O autor ou proprietario de uma obra manuscrita destinada ao ensino pôde submittela ao juizo do conselho, mas, no caso de alcançar favoravel qualificação e querer usar d'ella, é obrigado a provar que a edição está conforme com o manuscrito.

Art. 8.º Alem das obras approvadas, a requerimento dos autores, editores ou proprietarios, o conselho geral de instrução publica approva ex-officio as que, independentemente d'aquelle pedido, julga uteis para o ensino.

Art. 9.º A approvação de uma obra é concedida apenas por dez annos. A adopção para o ensino publico é concedida apenas por tres annos. Expirados estes prazos o livro approvado ou adoptado fica sujeito á revisão.

Art. 10.º A prohibição de um livro é perpetua.

§ unico. O autor, editor ou proprietario de um livro prohibido pôde requerer que elle seja approvado ou que se lhe tire a qualificação de prohibido, submettendo-o de novo ao parecer do conselho geral de instrução publica e expurgando a obra de todas as passagens reprovadas.

Art. 11.º A não approvação de uma obra não importa a sua prohibição. Para que a obra seja prohibida em todas as escolas publicas e particulares, é mister que tenha expressamente recebido esta ultima qualificação.

#### CAPITULO II

DO MODO DE PROCEDER Á APPROVAÇÃO DAS OBRAS EM RELAÇÃO AO ENSINO

Art. 12.º As obras que não de ser submittidas á censura do conselho geral de instrução publica são distribuidas pelas tres secções. A secção, a que a obra é distribuida, encarga o seu exame a um dos vogaes, como censor, e, em vista do seu juizo, redige o parecer, que deve ser presente ao conselho, juntamente com a obra a que se refere. Os pareceres não são discutidos pelo conselho sem que tenha mediado o tempo necessario para que todos os vogaes em effectivo serviço o hajam podido examinar, e bem assim a obra sobre que elle reede.

Art. 13.º Discutido o parecer da secção, o conselho vota, por escrutinio secreto, a qualificação da obra. Para este effeito cada um dos vogaes presentes lança n'uma urna um bilhete com a palavra: approvado = prohibido = ou um bilhete branco, quando queira significar que a obra não merece nenhuma d'estas qualificações.

§ 1.º Para que uma obra obtenha qualquer das duas qualificações, é necessario que sobre ella recaia a pluralidade de votos dos membros presentes.

§ 2.º Quando a maioria é de bilhetes brancos, a obra é julgada não merecer, pelas suas qualidades litterarias, a approvação do conselho, sem ser contudo offensiva da moral, da religião e das leis.

§ 3.º A obra que em tres votações successivas, em sessões differentes, não obtiver maioria absoluta para nenhuma das qualificações de approvada ou prohibida, nem maioria absoluta de bilhetes brancos, fica, como n'este ultimo caso, sem a sancção do estado, mas é permitido o seu uso no ensino particular.

Art. 14.º O voto do conselho geral de instrução publica é remetido ao governo juntamente com o parecer da secção respectiva, o juizo do censor e a obra a que se refere.

Art. 15.º A approvação de um livro reede apenas sobre a edição que, pelo autor, editor ou proprietario, for submittida á censura. O autor, editor ou proprietario, que deseje fazer alterações no livro approvado, conservando ainda esta qualificação, é obrigado a participa-lo ao governo, que, depois de ouvir o parecer do conselho, confirma, se assim o entende, a antiga qualificação.

§ unico. A qualificação só pôde ser estampada n'uma obra, quando o autor, editor ou proprietario haja provado que a edição está conforme com o original, sobre que tenha recaído o juizo do conselho.

Art. 16.º Da obra que não mereça approvação, e que com tudo não offenda a religião, a moral e a constituição, se dá conhecimento ao autor, editor ou proprietario que a apresenta.

Art. 17.º Todo o livro que recebe a qualificação de prohibido fica, por esse facto, excluido de qualquer escola publica ou particular.

Art. 18.º O ensino particular tem o direito pleno de adoptar para seu uso todos os livros que lhe approuver, com a excepção dos livros legalmente prohibidos.

Art. 19.º O governo pôde mandar ouvir o conselho geral de instrução publica sobre qualquer livro, que lhe pareça dever ser prohibido nas escolas.

Art. 20.º O conselho procede ex-officio a propor ao governo a prohibição dos livros, que julgue contrarios á religião, á moral e á constituição.

#### CAPITULO III

DO MODO DE PROCEDER Á ADOÇÃO DAS OBRAS PARA O ENSINO

Art. 21.º A obra que é approvada pelo governo, ouvido o conselho geral de instrução publica, não fica por esse facto adoptada para as escolas do estado.

Art. 22.º Os compendios e mais livros, que devem exclusivamente usar-se na instrução primaria publica, são escolhidos pelo conselho d'entre os livros já approvados. Estes livros são obrigatorios, com exclusão de quaesquer outros, em todas as escolas publicas do ensino primario.

Art. 23.º Os compendios, que devem ser adoptados na instrução secundaria publica, são escolhidos pelo conselho geral d'entre os livros approvados, sob proposta dos conselhos dos lyceus. A lista

dos compendios é commun a todos os lyceus do reino.

Art. 24.º Para proceder á adopção das obras destinadas á instrução publica, primaria e secundaria, as secções correspondentes do conselho formulam a lista, que é depois discutida em sessão geral.

Sobre cada uma das obras propostas vota o conselho, por escrutinio secreto, com bilhetes onde se achem escriptas as palavras = adoptada = ou = não adoptada =. A votação procede por maioria absoluta de votos dos membros presentes no conselho.

Art. 25.º As faculdades e escolas superiores enviam, no fim de cada anno lectivo, as listas de todos os livros de texto adoptados pelos conselhos escolares para o anno lectivo seguinte, a fim de serem incorporados no catalogo geral dos livros approvados e adoptados para o ensino.

#### CAPITULO IV

DOS LIVROS PREMIADOS PARA O ENSINO

Art. 26.º O governo, ouvido o conselho geral de instrução publica, pôde pôr a concurso a composição de obras elementares para uso do ensino primario e secundario, concedendo aos autores das que forem preferidas premios, até á quantia de 200\$000 réis cada um.

Art. 27.º O edital, que annuncia o concurso, é mandado publicar na folha official e affixado em todos os lyceus nacionaes.

Art. 28.º O governo, ouvido o conselho geral de instrução publica, formula o programma a que deve sujeitar-se a obra, que é posta a concurso. O programma deve ser redigido de maneira, que se deixe aos autores a liberdade de escolher o methodo que lhes pareça mais racional e mais comprehensivel.

Art. 29.º Expirado o prazo do concurso, os autores, que desejem concorrer, enviam á direcção geral de instrução publica os seus manuscritos. No frontispicio deve o titulo da obra ser acompanhado de uma divisa ou legenda. Com o manuscrito deve o concorrente enviar uma carta fechada, em que se declare o nome d'elle, e em cujo sobre-scripto se leia o mesmo titulo e a mesma legenda do manuscrito.

Art. 30.º Colligidos todos os manuscritos, que se referem ao mesmo programma, são pela direcção geral de instrução publica enviados ao conselho geral, que os faz distribuir á secção correspondente. A secção lavra um parecer com o seu juizo sobre o merecimento absoluto e relativo d'elles, e apresenta-o ao conselho geral.

Art. 31.º Examinados os manuscritos e o parecer por todos os vogaes em effectivo serviço, dá-se dia para a discussão. Terminada a discussão vota-se por escrutinio de bilhetes sobre o merito dos manuscritos, do mesmo modo que fica determinado para a adopção das obras para o ensino.

Sobre os manuscritos adoptados procede-se a uma votação de preferencia, na qual cada um dos membros do conselho, presentes á sessão, lança em uma urna um bilhete em que estejam designados os manuscritos, pela ordem em que julgue dever qualifica-los.

Sobre o manuscrito preferido vota-se de novo, para ver se é digno de ser premiado. A votação faz-se por escrutinio de espheras brancas e pretas.

A obra que tem contra si um numero de espheras pretas, igual á terça parte do numero dos votantes, não pôde ser premiada.

Art. 32.º O conselho geral de instrução publica remette ao governo o processo do concurso, acompanhado dos manuscritos. O governo adjudica o premio, e manda publicar na folha official o nome do autor premiado.

Art. 33.º Os livros premiados são considerados para todos os effeitos d'este regulamento do mesmo modo que os livros adoptados.

#### CAPITULO V

DA IMPRESSÃO DAS OBRAS ADOPTADAS E PREMIADAS

Art. 34.º Os livros premiados são mandados imprimir por conta do governo, quando os seus autores não façam a expensas suas a impressão.

Art. 35.º O governo pôde, ouvido o conselho geral de instrução publica, mandar imprimir ou reimprimir por sua conta as obras adoptadas, quando os autores ou proprietarios o pedirem. A edição será de tantos exemplares, quantos se julguem necesarios para as necessidades do ensino, durante o tempo por que é válida a adopção.

Art. 36.º Da edição das obras adoptadas ou premiadas o governo fica com tantos exemplares, quantos são necesarios para supprir a despeza da impressão. O resto pertence aos autores ou proprietarios.

Art. 37.º Aos autores, ou proprietarios, das obras impressas por conta do governo, fica livre o direito de fazerem novas edições, na conformidade das leis, que regulam a propriedade litteraria.

§ unico. Dentro do prazo, por que é válida a adopção, os autores ou proprietarios só podem fazer novas edições com autorisação do governo, ouvido o conselho geral de instrução publica.

Art. 38.º O preço das obras adoptadas ou premiadas, impressas por conta do governo, é taxado ouvido o conselho geral de instrução publica, attendendo-se na taxa ás despezas da edição e á natureza do ensino para que os livros são destinados.

#### CAPITULO VI

DO CATALOGO GERAL DOS LIVROS EM RELAÇÃO AO ENSINO

Art. 39.º De todos os livros approvados, adoptados e prohibidos, faz o conselho geral de instrução publica um catalogo geral. Os livros approvados e adoptados, com a designação das edições, em que recaiu a qualificação, distribuem-se sob as epigraphes, instrução primaria, instrução secundaria, instrução superior, instrução especial. Os livros prohibidos formam a quarta divisão do catalogo geral. O catalogo é publicado todos os annos pelo governo na folha official com todas as alterações, que hajam occorrido durante o anno.

#### CAPITULO VII

ARTIGOS TRANSITORIOS

Art. 40.º O conselho geral de instrução publica procederá immediatamente á formação do catalogo dos livros approvados, adoptados e prohibidos, e o submeterá ao governo, para ser por elle decretado.

Art. 41.º O governo, pela direcção geral de instrução publica, fará annunciar opportunamente na folha official que se vae proceder á revisão do catalogo, para que os autores, editores ou proprietarios de obras destinadas ao ensino possam submeter ao juizo do conselho, dentro do prazo fixado pelo governo.

Paço das Necessidades, em 31 de janeiro de 1860.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

#### CONSULTA A QUE SE REFERE O DECRETO ACIMA TRANSCRIPTO

Senhor.—Para que a instrução nacional, principalmente a primaria e secundaria, chegue por uma serie de esforços racionais e de progressos verdadeiros a fructificar em nossa terra, é uma das primeiras e essenciaes condições a eleição de bons livros, que, pela linguagem e pela doutrina, difundam um ensino tão solido na sua substancia, como vernaculo na sua exposição.

Quaesquer que sejam as providencias que hajam de adoptar-se para alargar e melhorar a instrução publica, qualquer que seja a capacidade e lucidez dos professores, a excellencia dos methodos, a perspicacia dos inspectores, e o zelo dos discipulos, nada poderá supprir a falta de livros accomodados aos differentes graus do ensino publico e particular.

É um bom livro já por si um mestre e um exemplo. É d'elle que principalmente se hão de tomar, nas primeiras idades, as normas do bem fallar e do escrever correcto e portuguez. É n'elle que as mais das vezes se hão de beber as noções fundamentais com que a maioria dos cidadãos, não quem seguem profissão especial de letras, hão de formar o seu principal peculio de sciencia e de erudição nas idéas mais necessarias á vida commun.

Se um bom livro é, para a instrução primaria sobretudo, um thesouro inapreciavel, é pelo contrario o livro cívico de incorrecções grammaticas, de erros de doutrina, e de conceitos offensivos da religião e da moral, uma perverção do entendimento e da virtude, e o governo que o tolera, sem o ferir com a sua reprobção, falseia a missão do ensino publico, convidando ao festim da intelligencia os filhos ainda innocentes do povo, para lhes servir pegonha em vez do saudavel maná da educação.

Os principios fundamentais da nossa lei politica, de accordo com o espirito do seculo, com os direitos da civilização, e com a opinião dominante no paiz, rejeitam todas as providencias, que tendam a limitar a livre manifestação do pensamento. A lei concede a todos o direito de escrever, reservando-se a corrigir os abusos, com que se converte a arma da intelligencia na arma da calumnia e da subversão.

Mas se nos dominios politicos todos os livros tem igualmente curso permitido, se todos os erros podem ter orgãos e defensores, se a todas as opiniões viciosas ou innocentes é permitida quasi illimitada publicação, porque a imprensa, por uma faculdade preciosa, cura as mais das vezes as feridas que rasgo, não pôde o estado consentir que nas suas escolas e nas particulares, sobre que tem inalienavel inspecção, se leia por livros perigosos á puericia e á juventude, por serem subversivos da sociedade, da moral e da crença religiosa, que o estado se obrigou solemnemente, pela tradição, pela fé e pela lei, a proteger e tutellar em todas as relações publicas contra as affrontas da incredulidade ou do cynismo.

Por largo e desassombrado que seja o campo deixado á livre actividade do ensino particular, ninguém pôde contestar ao estado o direito de regular a instrução e a educação, em todas as suas particularidades, nos estabelecimentos que elle funda, mantem e dota com os dinheiros publicos. Não pôde igualmente pôr-se em duvida a conveniencia de deferir a juizes competentes a escolha de livros por que deve guiar-se o ensino, particularmente o primario e secundario. Deixar, como agora subsiste, aos professores a plena potestade para escolher e variar os livros do ensino popular, seria tornar impossivel o melhoramento da instrução, viciando-a na sua origem. E ninguém que ame a educação publica, a deseje ver regenerada e ennobrecida, applaudiria a continuação do que sobre este ponto se observa geralmente no paiz. Alem de que os mestres primarios, pela modestia exagerada dos seus honorarios, pela deficiencia das suas habilitações, pela tolerancia quasi necessaria até agora nos seus exames, não reuñem muitas vezes os melhores predicados do bom e intelligente educador; accresce a estes males a infinita multiplicidade dos compendios, a cuja escolha presidiu as mais das vezes o acaso ou a necessidade, o capricho ou a predilecção individual. Quem entrar n'uma escola primaria publica, ainda das mais zelosamente presididas, não achará muitas vezes nas mãos dos alumnos, que se succedem no mesmo banco, livros ignaes para as mesmas disciplinas. Ouvirá muitas vezes as creanças repetirem descuriosos os erros palmares, em que os vae perdidamente industriando a avaricia criminosa de algum ignorante, que, sem consciencia e sem remorso, mesclou solecismos repugnantes com doutrinas falsas, fructo mirrado de mal comprehendidas e escasas compilações. Verá como lastima o progresso com que se vae cada vez mais barbarizando o grave e copioso idioma nacional, entregue sem protecção á arrojada temeridade de mal habilitados traductores. Ouvirá agora um trecho de leitura n'alguuma novella frivola, se bem que inoffensiva aos bons costumes, pouco zelosa dos fóros da linguagem, logo uma passagem declamada n'um livro inacessivel, pelo assumpto ou pelo estylo, á debil e tardia comprehensão da puericia. Não verá a gradação racional com que nas escolas estrangeiras de mais exemplar regime e organização se passa, por compendios discretamente escolhidos, das pequenas para as maiores difficuldades. A pobreza dos alumnos lhes põe nas mãos o primeiro livro que a fortuna lhes depara, sem nenhuma escolha ou predilecção. O capricho dos professores decreta n'outra parte a preferencia dos compendios, com o que tem vindo a tornar-se, o que ao primeiro aspecto pareceria discreta liberdade, na maior licença e anarquia, com perda irreparavel de tempo e de instrução.

Duas são pois as primeiras necessidades do ensino, em quanto respecta á eleição de livros accomodados. A primeira é separar dos que são inoffensivos aos bons costumes, á religião, e ás instituições, aquellos que, ainda mesmo em germen, em allusão, quasi sem cumplicidade de seus autores, possam

conter alguma proposição menos bem soante á pureza de ouvidos pueris, algum erro contra a santidade da religião ou da moral, alguma doutrina subversiva das leis naturaes e constitutivas da sociedade em geral, ou contraria á organização politica da sociedade portugueza em especial.

Os livros, que por este lado sejam dignos de censura, é mister proscreve-los das escolas, ainda mesmo das que são mantidas por individuos ou corporações estranhas ao estado. O estado, se está presente a cada instante á aula publica para instruir e educar, é necessario que não desampare nunca a escola particular, assistendo apenas áquella doutrinação, com que se podem crear ou prevenir bons cidadãos. Até aonde o mestre particular ensina erradamente apenas a sciencia, o estado pôde lastimar, sem corrigir, os desvios do pedagogo, mas no ponto em que elle transpõe a fronteira, que separa o ensino e a educação, o estado, o primeiro tutor dos interesses communs, apparece a tirar das mãos do mestre o livro com que elle se apresta a corromper o coração dos seus alumnos.

A intervenção do estado, que só pôde ser puramente negativa na eleição dos livros para as escolas particulares, não pôde restringir-se do mesmo modo nas aulas mantidas a expensas do thesouro. É necessario que o estado indique ás suas escolas os livros que elle julga merecerem a sua sancção.

Alem dos livros, que, pela correcção da sua linguagem, excepção da sua doutrina, e superioridade dos seus methodos, devem ser, com exclusão de quaesquer outros, escolhidos pelo estado para as escolas publicas, muitos outros pode haver, que, sem reuñirem tão excellentes attributos, possam contudo contribuir para a commun illustração, e ser com vantagem usados no ensino particular, ou recomendados á leitura. O estado deve conceder-lhes a sua approvação, sem que d'aqui se infira que os adopta para os seus estabelecimentos de instrução.

Aqui se conclue a urgente necessidade de assentar por uma vez as regras por que deve guiar-se a autoridade publica na qualificação dos livros para o ensino official ou privado. D'aqui nasce naturalmente a divisão das obras litterarias em relação ao ensino, em obras prohibidas, simplesmente approvadas, e adoptadas exclusivamente para os estabelecimentos publicos.

É tal a escassez de bons livros elementares em muitas disciplinas das que entram principalmente na instrução primaria, que convem desde já usar da faculdade, que a lei concede ao governo, para pôr a concurso, com premio, a redacção de compendios apropriados; e insta a necessidade por que se definam as regras, por que ha de exercer-se aquella providente disposição legal.

De accordo com todas estas considerações, o conselho geral de instrução publica, desejando, pela sua parte, promover o melhoramento do ensino nacional, principiando pelo que lhe parece de mais facil execução, e de nenhum despendio para o estado, tem a honra de propor a Vossa Magestade o seguinte regulamento, de cuja prompta promulgação julga ocoso demonstrar mais largamente as vantagens incontestaveis.

Vossa Magestade mandará o que mais for do seu agrado.

Deus guarde a preciosa vida de Vossa Magestade como todos nós havemos mister.

Sala das sessões do conselho geral de instrução publica, em 20 de janeiro de 1860.—Manuel, cardeal patriarcha, vice-presidente—João Ferreira Campos, vencido em parte—Antonio Feliciano de Castilho—Bernardino Antonio Gomes—Luiz Augusto Rebello da Silva—José Maria de Albuquerque—José Maria Latino Coelho—Justino Antonio de Freitas—José Eduardo de Magalhães Coutinho—João de Andrade Corvo—Joaquim Gonçalves Mamede.

### MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECCÃO GERAL DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS

1.ª Repartição

Tendo subido á minha real presença a informação e parecer do reverendo bispo de Coimbra, com o resultado do concurso a que mandei proceder, na conformidade dos artigos 3.º e 4.º do decreto de 26 de agosto do anno proximo preterito, para o provimento do canonico, vago na respectiva sé cathedral, por obito do conego Francisco Martins Tavares; e constando-me pelas mesmas informações que o presbytero Antonio Bernardino de Menezes, um dos oppositores que compareceram no dito concurso, alem de concederado com o grau de doutor na faculdade de theologia pela universidade de Coimbra, onde tem dado provas distintas de idoneidade no exercicio do magisterio, na qualidade de lente substituto ordinario de theologia, se torna, segundo o parecer do mesmo reverendo prelado, merecedor de justa contemplação por sua compostura de costumes: hei por bem fazer mercê ao dito presbytero Antonio Bernardino de Menezes, de o apresentar no sobredito canonico da sé cathedral de Coimbra, vago na forma referida, com a obrigação annexa de ensino das disciplinas ecclesiasticas no respectivo seminario diocesano, pelo prazo de doze annos, nos termos dos artigos 1.º e 2.º do citado decreto de 26 de agosto.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 31 de janeiro de 1860.—REI.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

Tendo subido á minha real presença a informação e parecer do reverendo bispo de Coimbra, com o resultado do concurso a que mandei proceder, na conformidade dos artigos 3.º e 4.º do decreto de 26 de agosto do anno proximo preterito, para o provimento do canonico, vago na respectiva sé cathedral, por obito do seu ultimo e immediato possuidor Luiz Manuel Soares; e constando-me pelas mesmas informações, que o presbytero Francisco Antonio Rodrigues de Azevedo, um dos oppositores que compareceram no dito concurso, alem de concederado com o grau de doutor na faculdade de theologia pela universidade de Coimbra, onde tem dado provas distintas de idoneidade no exercicio do magisterio, na qualidade de lente de vespera de theologia, se torna, segundo o parecer do mesmo reverendo prelado, me-



recedor de contemplação pela regularidade de sua vida e costumes: hei por bem fazer mercê ao dito presbytero, Francisco Antonio Rodrigues de Azevedo, de o apresentar no sobredito canonicato da sé cathedral de Coimbra, vago na forma referida, com a obrigação annexa de ensino das disciplinas eclesiasticas no respectivo seminario diocesano, pelo prazo de doze annos, nos termos dos artigos 1.º e 2.º do citado decreto de 26 de agosto.

O ministro e secretario d'estado dos negocios eclesiasticos e de justiça assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 31 de janeiro de 1860.—*REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.*

Tendo subido á minha real presença a informação e parecer do reverendo bispo do Algarve, com o resultado do concurso a que mandei proceder, na conformidade das disposições dos artigos 3.º e 4.º do decreto de 26 de agosto do anno proximo preterito, para o provimento da cadeira capital da respectiva sé cathedral, vaga pela promoção do conego Antonio Joaquim de Amor á dignidade de chancleiro da mesma sé; e attendendo a que o presbytero Alexandre Manuel Thomás dos Santos Viegas, um dos oppositores que compareceu no dito concurso, em vista do seu regular comportamento, se torna, segundo o parecer do mesmo reverendo prelado, merecedor de justa contemplação, porque, alem de condecorado com o grau de bacharel formado na faculdade de theologia pela universidade de Coimbra, onde teve boas informações, e de possuir portanto a habilitação scientifica requerida no artigo 4.º do citado decreto, já tem dado provas de idoneidade no exercicio do magisterio, como professor de rhetorica no seminario patriarcal de Santarem: hei por bem fazer mercê ao dito presbytero, Alexandre Manuel Thomás dos Santos Viegas, de o apresentar no sobredito canonicato vago na sé cathedral de Faro, com a obrigação annexa de ensino das disciplinas eclesiasticas no respectivo seminario diocesano, pelo prazo de doze annos, nos termos dos artigos 1.º e 2.º do mencionado decreto de 26 de agosto.

O ministro e secretario d'estado dos negocios eclesiasticos e de justiça assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 25 de janeiro de 1860.—*REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.*

Tendo subido á minha real presença a informação e parecer do reverendo bispo do Algarve, com o resultado do concurso a que mandei proceder, na conformidade das disposições dos artigos 3.º e 4.º do decreto de 26 de agosto do anno proximo preterito, para o provimento da cadeira capital da respectiva sé cathedral, vaga por obito do conego Francisco Manuel Genez Pereira; e attendendo a que o presbytero João Bernardo de Sousa, parcho collado na igreja do S. Bartholomeu da Paixão, da diocese do Algarve, um dos oppositores que compareceu no dito concurso, se torna, segundo o parecer do mesmo reverendo prelado, muito digno de contemplação por seu exemplar comportamento, e serviço á igreja, e por possuir a habilitação scientifica requerida no artigo 4.º do referido decreto, de que tem já dado provas de idoneidade no exercicio, em que ha tres annos se acha, do magisterio de sciencias eclesiasticas no seminario de S. José de Faro: hei por bem fazer mercê ao dito presbytero, João Bernardo de Sousa, de o apresentar no sobredito canonicato vago na sé cathedral de Faro, com a obrigação annexa de ensino das disciplinas eclesiasticas no respectivo seminario diocesano, pelo prazo de doze annos, nos termos dos artigos 1.º e 2.º do citado decreto de 26 de agosto.

O ministro e secretario d'estado dos negocios eclesiasticos e de justiça assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 25 de janeiro de 1860.—*REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.*

#### MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DA CONTABILIDADE  
2.ª REPARTIÇÃO

Tendo requerido Francisco Antonio de Sousa, e D. Maria Amalia de Sousa, os vencimentos que, pelo titulo de renda vitalicia n.º 4569, se ficaram a dever a seu pae Francisco Antonio de Sousa, fallecido em 10 de dezembro proximo findo: assim se annuncia em virtude da carta de lei de 24 de agosto de 1848, a fim de que qualquer pessoa, que se julgue com melhor direito aos ditos vencimentos, o venha declarar dentro do prazo de sessenta dias, contado da publicação do presente annuncio, findo o qual será resolvida esta pertença.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, 1 de março de 1860.—*Alexandre José da Silva e Almeida.*

#### MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

2.ª DIRECÇÃO — 1.ª REPARTIÇÃO

Finalizando no dia 31 de Março proximo futuro o contrato feito com Vicente Ferreira Nunes, para o fornecimento das rações de pão e de forragens na 1.ª divisão militar, e sendo de toda a conveniencia providenciar, desde já, sobre o mesmo fornecimento do 1.º de abril até 30 de junho do corrente anno: manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da guerra, que o tenente general conde da Ponte de Santa Maria, comandante da 1.ª divisão militar, ponha em praça, com o termo e condições prescritas no artigo 44.º do regulamento da fazenda militar de 48 de setembro de 1844, e na conformidade da portaria de 25 de maio de 1859, publicada no *Diário do Governo* de 27 do dito mez, o fornecimento das rações da mesma especie para os mezes de abril, maio e junho do corrente anno, com todas as clausulas e declarações exaradas na sobredita portaria, e as outras consignadas no contrato vigente.

Paço das Necessidades, em 29 de fevereiro de 1860.—*Duque da Terceira.*

#### N.º 6

Secretaria d'estado dos negocios da guerra, em 24 de fevereiro de 1860

#### ORDEN DO EXERCITO

Publica-se ao exercito o seguinte:

#### DECRETOS

Attendendo a que José Antonio Marques, cirurgião-mór graduado em cirurgia de brigada, chefe da sexta repartição da primeira direcção do ministerio da guerra, tem mostrado na sua carreira cirurgico-militar, quanto se torna digno de consideração, em vista da maneira pela qual ha constantemente procedido no desempenho dos seus deveres; e a que por documentos da maxima importancia e respeitabilidade tem demonstrado seus superiores e provados merecimentos scientificos, e extraordinarios serviços facultativos, reunidos ao reconhecido zelo e intelligencia no serviço pratico dos hospitais; e querendo eu, em consequencia, remunerar no mesmo facultativo militar os meritos que o tornam recomendavel na classe a que pertence, aproveitando a faculdade que me confere o artigo 41.º do decreto com força de lei de 6 de outubro de 1851, e em harmonia com os principios de equidade e conveniencia, em virtude dos quaes foi na cidade lei comprehendido o mencionado artilheiro: hei por bem promover á effectividade da sua graduação o dito ci-

rurgião-mór graduado em cirurgia de brigada, José Antonio Marques, que continuará na comissão em que se acha na conformidade do artigo 5.º do titulo 2.º do plano de reorganização da secretaria de estado dos negocios da guerra, mandado pôr em execução por decreto de 22 de setembro ultimo.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado interino dos negocios da guerra, o tenha assim entendido e faça executar. Paço, em 19 de dezembro de 1859.—*REL.—Duque da Terceira.*

Hei por bem nomear para vogal supplente do supremo conselho de justiça militar o brigadeiro, conde de Mello.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado interino dos negocios da guerra, o tenha assim entendido e faça executar. Paço, em 18 de fevereiro de 1860.—*REL.—Duque da Terceira.*

Hei por bem nomear para vogal supplente do supremo conselho de justiça militar o brigadeiro, Luiz Antonio de Oliveira Miranda.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado interino dos negocios da guerra, o tenha assim entendido e faça executar. Paço, em 18 de fevereiro de 1860.—*REL.—Duque da Terceira.*

Por decretos de 14 do corrente mez:

Regimento de cavallaria n.º 3  
Tenente, o tenente graduado do regimento de cavallaria n.º 2, lanceiros da rainha, Antonio Telles Castro da Silva.

Regimento de cavallaria n.º 7  
Capitão da 2.ª companhia, o capitão graduado, Porfírio de Sousa Rodrigues de Oliveira.

Tenente, o tenente graduado do regimento de cavallaria n.º 8, Manuel João Baptista.

Regimento de cavallaria n.º 8  
Tenente ajudante, o tenente graduado ajudante, José Maria Simões do Carvalho.

Batalhão de caçadores n.º 1  
Tenente, o tenente graduado do batalhão de caçadores n.º 2, Francisco Guedes da Silva, continuando na comissão em que se acha.

Batalhão de caçadores n.º 4  
Capitão da 5.ª companhia, o capitão graduado do regimento de infantaria n.º 18, Antonio José da Silva.

Batalhão de caçadores n.º 6  
Tenente, o tenente graduado em disponibilidade, José Joaquim Teixeira Beltrão.

Batalhão de caçadores n.º 7  
Tenente, o tenente graduado do batalhão de caçadores n.º 2, Agostinho Coelho, continuando na comissão em que se acha.

Regimento de infantaria n.º 4  
Capitão da companhia de deposito, o capitão graduado do regimento de infantaria n.º 9, Theodoro José Ramalho.

Regimento de infantaria n.º 11  
Tenente, o tenente graduado do regimento de infantaria n.º 4, Antonio Maria da Silva Valente, continuando na comissão em que se acha.

Regimento de infantaria n.º 17  
Capitão da 7.ª companhia, o capitão graduado do batalhão de caçadores n.º 1, Antonio Correia Cardoso Telles Pamplona Coronel.

Commissões activas  
Tenentes, os tenentes graduados, de cavallaria, Carlos Antonio Tibert, e de infantaria, Frederico de Sousa Pimentel.

3.º batalhão de veteranos  
Addido, o capitão reformado, Antonio Manuel da Costa Calheiros; ficando exonerado do governo da praça de Monção, por assim o haver requerido. Por decreto de 18 do dito mez:

Estado maior general  
Marechal de campo, o brigadeiro, barão de Bastos. Brigadeiro, o brigadeiro graduado do corpo de engenharia, Luiz Antonio de Mesquita Cabral de Almeida.

Por decreto de 23 do mez proximo passado, expedido pelo ministerio dos negocios do reino, foi nomeado cavalleiro da ordem militar de S. Bento de Aviz, o capitão do 3.º regimento de artilheria, Bruno Marcelino de Almeida; devendo o agraciado solicitar, por aquelle ministerio, o respectivo diploma, dentro do prazo legal.

Por determinação de Sua Magestade El-Rei:  
Regimento de cavallaria n.º 2, lanceiros da rainha  
Tenente, o tenente do regimento de cavallaria n.º 3, Antonio Telles Castro da Silva.

Regimento de cavallaria n.º 3  
Tenente, o tenente do regimento de cavallaria n.º 2, lanceiros da rainha, visconde de Villa Nova da Rainha; continuando na comissão em que se acha.

Regimento de infantaria n.º 12  
Comandante da 7.ª companhia, o major graduado do regimento de infantaria n.º 14, Francisco da Cunha e Menezes; continuando na comissão em que se acha.

Regimento de infantaria n.º 14  
Capitão da 3.ª companhia, o capitão do regimento de infantaria n.º 12, José Vicente.

Declara-se o seguinte:  
Que o tenente ajudante do regimento de infantaria n.º 15, Francisco Pereira da Luz Corte Real, só gozou vinte e um dias da licença registada que lhe foi concedida pela ordem do exercito n.º 2 do corrente anno.

Sua Magestade El-Rei manda, na conformidade do disposto no artigo 37.º do decreto de 11 de dezembro de 1851, declarar aspirante a official, com a graduação de primeiro sargento, e com o vencimento de 300 réis diarios, ao alumno do real collegio militar, com praça no batalhão de caçadores n.º 5, Carlos Cesar de Sousa e Brito, que completou o respectivo curso.

Licenças concedidas por motivo de molestia aos officiaes abaixo declarados

Em sessão de 3 do corrente mez:  
Ao tenente do batalhão de caçadores n.º 9, Antonio Frederico Ferreira de Seabra, quarenta dias para convalescer, mudando de ares.

Ao alferes do mesmo batalhão, Luiz Pinto de Mesquita Carvalho, trinta dias para convalescer.

Ao major do regimento de infantaria n.º 5, João José Barreto da França, sessenta dias para se tratar.

Ao capitão do regimento de infantaria n.º 7, Antonio Augusto Leão, trinta dias para continuar a tratar-se.

Ao tenente do regimento de infantaria n.º 16, João Carlos Brandeiro de Figueiredo, trinta dias para convalescer.

Em sessão de 9 do dito mez:  
Ao segundo tenente do 1.º regimento de artilheria, José Maria Dias Grande, quarenta dias para se tratar em ares de campo.

Foram confirmadas as licenças registadas que os commandantes da 1.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 7.ª divisões militares, e commandante geral interino de artilheria, participaram ter concedido aos officiaes abaixo mencionados, na conformidade das instrucções inseridas na ordem do exercito n.º 20 de 18 de julho de 1857.

Ao major graduado do 3.º regimento de artilheria, Ivo Celestino Gomes de Oliveira, prorrogação por trinta dias.

Ao major graduado do regimento de cavallaria n.º 3, Carlos Joaquim Toixeira, um mez.

Ao alferes do regimento de cavallaria n.º 5, Augusto Carlos de Lemos, trinta dias.

Ao coronel do regimento de cavallaria n.º 7, José Xavier de Moraes Pinto, trinta dias.

Ao capitão do batalhão de caçadores n.º 2, D. Francisco Salazar Moscoso, quinze dias.

Ao alferes do batalhão de caçadores n.º 9, Joaquim Pimenta de Gusmão Calheiros, trinta dias.

Ao major do regimento de infantaria n.º 12, Wencelau Antonio Perry da Camara, prorrogação por quinze dias.

Licença registada concedida ao individuo abaixo indicado

Ao tenente graduado do regimento de infantaria n.º 8, Bernardo Celestino da Costa Pimentel, sessenta dias.—*Duque da Terceira.*

Está conforme.—O chefe interino da 1.ª direcção, D. Antonio José de Mello.

#### SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

Em additamento á ordem do dia annunciada no Diário de hoje, se faz publico, que além dos objectos dados ali, no caso de se acharem presentes os srs. ministros respectivos, terão lugar as interperações já annunciadas.

Secretaria da camara dos dignos pares do reino, em 1 de março de 1860.—*Diogo Augusto de Castro Constanção.*

#### JUNTA DO CREDITO PUBLICO

2.ª REPARTIÇÃO

A junta do credito publico faz saber que o pagamento dos juros do primeiro semestre d'este anno, das inscripções de assentamento e de coupons, ha de ter lugar nos dias abaixo indicados, seguindo-se a ordem numerica das relações apresentadas para o sorteio; advertindo que os dias annunciados para o pagamento dos coupons são os sabbados de cada semana, na forma seguinte:

INSCRIÇÕES COM ASSENTAMENTO			
Em 8 do corrente—Relações n.ºs	1 a	200	
12	201	400	
14	401	600	
19	601	800	
21	801	1:000	
26	1:001	1:200	
28	1:201	1:400	
2 de abril...	1:401	1:600	
4	1:601	1:800	
9	1:801	2:000	
11	2:001	2:200	
16	2:201	2:400	
18	2:401	2:600	
23	2:601	2:800	
25	2:801	3:000	
30	3:001	3:200	
2 de maio...	3:201	3:400	
7	3:401	3:600	
9	3:601	3:800	
14	3:801	4:000	
16	4:001	4:250	
21	4:251	4:500	
23	4:501	4:750	
28	4:751	5:000	
30	5:001	5:250	
4 de junho...	5:251	5:500	
6	5:501	5:750	
11	5:751	6:000	
18	6:001	6:250	
20	6:251	6:500	
25	6:501	6:750	
27	6:751	7:000	

COUPONS			
Em 10 do corrente—Relações n.ºs	1 a	400	
17	401	800	
24	801	1:200	
31	1:201	1:600	
7 de abril...	1:601	2:000	
14	2:001	2:400	
21	2:401	2:800	
28	2:801	3:200	
5 de maio...	3:201	3:600	
12	3:601	4:000	
19	4:001	4:500	
26	4:501	5:000	
2 de junho...	5:001	5:500	
9	5:501	6:000	
16	6:001	6:500	
23	6:501	7:000	

No caso de vir a ser impedido algum dos dias acima indicados, se transferirá o pagamento para o dia immediato.

O pagamento ha de principiar ás dez horas da manhã, devendo terminár ás duas da tarde, seguindo-se as formalidades observadas nos semestres antecedentes.

Contadoria geral da junta do credito publico, 1 de março de 1860.—*Ignacio Vergolino Pereira de Sousa.*

#### TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Joaquim Apollinario Moreira de Sá, como thesoureiro pagador do ministerio da fazenda, desde o 1.º de julho de 1853 a 30 de junho de 1857, se proferiu no tribunal de contas o acórdão do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas visto o relatório fl. 301 d'este processo, acompanhado das tabellas, documentos e avisos de conformidade, fl. 4 a fl. 300, tudo relativo á liquidação e ajustamento da conta do responsavel Joaquim Apollinario Moreira de Sá, como thesoureiro pagador do ministerio da fazenda, pela sua gerencia do 1.º de julho de 1853 a 30 de junho de 1857. Mostra-se ter sido o responsavel debitado em sua conta para com a fazenda publica, no citado periodo da sua gerencia, por 95.342:238\$238 réis, que se compõe das seguintes addições de receita: 8.196:964\$773 réis em papeis de credito e dinheiro, por saldo de sua conta até 30 de junho de 1853, julgada por acórdão d'este tribunal de 8 de novembro de 1859, 23.686:238\$657 réis, provenientes de rendimentos cobrados; 66.521:249\$668 réis de operações de thesauraria e transferencias de fundos; e 1.937:785\$140 réis de reposições de ministerios. Mostra-se que ao responsavel foram creditadas na sobredita sua conta 94.281:166\$669 réis, que provem das seguintes addições: 25.827:660\$253 réis de despesas da competencia dos diferentes ministerios, cujo pagamento effectuou em virtude dos respectivos ordenamentos, e se comprova com os avisos de conformidade dos mesmos ministerios; e 68.453:506\$416 réis de varias operações de thesauraria, do mesmo modo competentemente ordenadas e comprovadas. Mostra-se, pela comparação do debito com o credito da conta do responsavel, e se prova pela declaração constante da tabella fl. 54, balancear-se a mesma conta com o saldo de 1.061:071\$569 réis, que por transição passará ao debito da sua gerencia do anno economico seguinte de 1857 a 1858; compondo-se o referido saldo de 54:190\$205 réis em dinheiro, e de réis 1.006:881\$364 em papeis de credito. Mostra-se, finalmente, haver o responsavel requerido a fl. 303, se dispensasse a seu respeito a intimação que a lei prescreve, por isso que inteiramente se conformava com a liquidação e ajustamento da respectiva conta. O que tudo visto, e o mais do processo, julgam a mesma conta devidamente liquidada e ajustada, com a transferencia e passagem do saldo de réis 1.061:071\$569, nas especies já referidas, para o anno economico seguinte de 1857 a 1858, e o sobre-dito Joaquim Apollinario Moreira de Sá sem responsabilidade para com a fazenda publica pelos actos da

sua gerencia de thesoureiro pagador do ministerio da fazenda, relativo ao periodo que decorreu do 1.º de julho de 1853 até 30 de junho de 1857.

Tribunal de contas, 17 de Janeiro de 1860.—Lobo, relator.—Paiva Pereira—Correia Caldeira.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, em 7 de fevereiro de 1860.—*Custodio Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento de conta da responsabilidade de Julio Cesar de Sousa e Silva, como recebedor do conselho de Oeiras, desde o 1.º de julho de 1855, até 30 de junho de 1859, se proferiu no tribunal de contas o acórdão do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: que d'este processo se mostra, haver Julio Cesar de Sousa e Silva, continuando no exercicio do emprego de recebedor do conselho de Oeiras, pelo tempo que decorreu, do 1.º de julho de 1855 até 30 de junho de 1859. Que liquidada a conta da sua gerencia, com relação ao periodo indicado, se vê a fl. 1 v., e confirma a fl. 3 e 4, importar o seu debito em 71:096\$425 réis, sendo 56:977\$929 réis a importancia do saldo em dinheiro e documentos de cobrança, existentes em poder do responsavel no dia 30 de junho de 1858, conforme a respectiva conta julgada por acórdão d'este tribunal de 8 de julho de 1859; e a quantia restante de 14:118\$496 réis, proveniente de documentos de cobrança e impressos sellados que mais recebera, assim como da accieita eventual que arrecadára. Que do mesmo modo se vê e demonstra a fl. 2, importar o credito da conta do responsavel, n'uma igual quantia de 71:096\$425 réis, que se compõe das seguintes: 18:767\$229 réis de entregas que realisára nas caixas centrais do ministerio da fazenda, por transferencias e passagens de fundos, comprovadas com os recibos originaes fl. 6 a fl. 39; 77\$834 réis de annullações de receita virtual competetemente auctorizadas e comprovadas; e 52:251\$362 réis em documentos de cobrança e dinheiro, que existindo em seu poder no dia 30 de junho de 1859, passaram por transição ao debito da conta da sua gerencia do anno economico seguinte, como se prova a fl. 51, 52 e 53. Mostra-se a fl. 54 v., ter-se mandado proceder a intimação do responsavel nos termos da lei, e a fl. 55 haver o mesmo declarado em seu requerimento, que inteiramente se conformava com a liquidação e ajustamento da respectiva conta. O que tudo visto, e o mais do processo, em que se mostram preenchidos os requisitos e solemnidades que a lei prescreve, julgam a mesma conta devidamente liquidada e comprovada, e o sobre-dito Julio Cesar de Sousa e Silva, livre de responsabilidade para com a fazenda publica, pela sua gerencia do recebedor do conselho de Oeiras, pertencente ao anno economico de 1858 a 1859.

Tribunal de contas, 24 de janeiro de 1860.—Lobo, relator.—Paiva Pereira—Correia Caldeira—Sampaio.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, em 7 de fevereiro de 1860.—*Custodio Francisco Pereira Garcez.*

Martinho Bartholomeu Rodrigues, escrivão do tribunal commercial de primeira instancia d'esta cidade de Lisboa, por Sua Magestade El-Rei D. Pedro que Deus guarde etc.

Certifico que em sessão d'este tribunal do dia 17 do corrente se proferiu a seguinte

#### SENTENÇA

O tribunal commercial de primeira instancia attendendo a que o commerciante d'esta praça Francisco Emery, fallecido nos fins de dezembro do anno proximo passado, e que morava ao tempo do seu fallecimento na rua nova de S. Domingos n.º 4, cession seus pagamentos commerciaes pouco tempo antes de morrer, e quando tratava de fazer a sua apresentação, na conformidade da lei, como pondera em seu requerimento a fl. 2 o credor Carlos Ingold, negociante estabelecido n'esta cidade;

Attendendo a que é expresso no artigo 1126.º do codigo commercial que pôde a quebra ser declarada a requerimento de um, ou mais, dos legítimos credores commerciaes do fallido, mesmo no caso do devedor ter morrido depois da cessação de pagamentos;

Por taes fundamentos, e conforme a disposição dos artigos 1129.º, 1155.º e seguintes do citado código:

Declara em estado de quebra a massa hereditaria do mencionado Francisco Emery, a contar da data de hoje;

Nomeia para juiz commissario o jurado Joaquim Antonio de Moura, para curador fiscal provisório o supplicante Carlos Ingold, que prestará o devido juramento;

Ordena que se ponham os sellos em todo o espólio, livros e mais papeis do fallido, como determina o artigo 1158.º, e que sejam expedidos os officios e ordens necessarias para se levarem a effecto as diligencias provisionarias, publicadas a presente sentença, nos termos da lei e estylo.

Lisboa, 17 de fevereiro de 1860.—Gaspar Pereira da Silva—Fortunato Simões Carneiro—Manuel Pereira de Borja—Mathias José Fernandes—Lino Martins Pimentel—José Luiz de Carvalho—Manuel Mathes dos Santos—Domingos Antonio Dias Ferreira—Luiz Antonio Soares—Frederico Augusto Ferreira Junior—Manuel José Ribeiro da Costa—João Carlos Ferrão—Francisco de Oliveira Bello.

E para constar fiz passar a presente certidão em fé da qual vae por mim assignada.

Lisboa, 25 de fevereiro de 1860.—*Martinho Bartholomeu Rodrigues.*

#### ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

O aviso telegraphico do paquete da carreira transatlantica estar á vista recebeu-se hoje ás 10 horas e 45 minutos da manhã: as malas entraram n'esta repartição ás 2 horas da tarde: a distribuição da correspondencia começou ás 5 e 45 minutos: a pequena posta saiu ás 6 e 30 minutos.

Em 1 de março de 1860.

#### CARTAS E JORNAL RETIDOS POR FALTA DE SELLOS

Para Lisboa

A. Almeida Campos—Carlos Daniel, Commandante da Companhia de Saude—Domingos de Freitas Rego—Fernando Maria do Prado e Sousa—João José de Carvalho, José Antonio de Oliveira, José da Costa—Mannel Antonio Vasques, Marquez da Ribeira, Marquez de Vallada, Maria do Carmo Pereira Coutinho—Pedro Peres, Provedor do Asylo da Mendicidade—Severo.

#### CARTAS RETIDAS POR FALTA DE FRANQUIA

Para Boston

Sebastião Coelho—Thomás Clearan. Administração central do correio de Lisboa, em 29 de fevereiro de 1860.

#### ESCOLA POLYTECHNICA

Pela direcção da escola polytechnica se annuncia que a matricula para o curso de chimica (6.ª cadeira) se acha aberta, e continuará até o dia 15 do



NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Vizen — Appareceu hoje de madrugada, diz o Vi-riato, assassinado a golpes de enxada, um homem, na Serra do Campo, freguesia d'este concelho.

Não se sabe por em quanto a causa e a origem d'este crime. A autoridade porém investiga e tem fundadas esperanças de chegar á verdade.

Porto — Hontem (27), ás 11 horas da manhã, diz o Commercio do Porto, teve lugar um desgraçado accidente, na torre da Trindade. Emprega-ram-se alguns operarios em apear um sino, que carecia de reparo na porca. N'esta operação o sino caiu a certa altura, mais depressa do que esperavam os operarios, e conjuntamente com elle caiu a prancha. Os operarios fugiram, porém o carpinteiro Antonio Pereira, um dos mais antigos operarios da obra d'aquella ordem, teve a perna direita que- brada pelo fêmur. Foi levado em uma maca ao al- gebista a Rio Tinto, e voltou para o hospital da ordem, onde se está tratando á custa da mesma.

Vianna do Castello — A Aurora do Lima publi- ca uma minuciosa noticia da representação que a celebre tragica Ristori deu n'esta cidade. D'ella transcrevemos os principaes paragrafos:

«Realisou-se na noite de sabbado ultimo (25), o que até então nos parecia um sonho apenas: a in- signe Ristori levou á scena no nosso acanhado thea- tro a tragedia Medea. É este um acontecimento que ficará para sempre gravado na memoria dos vian- nenses, que com tanto enthusiasmo receberam e feste- jaram a grande tragica, duas vezes nobre pelo talento e pela elevada posição social que occupa.

«O theatro estava litteralmente regorgitando de espectadores, e até á ultima hora ainda se succe- diam os empenhos para se alcançar um cantinho d'onde podesse admirar-se a insigne tragica. Ape- nas ella appareceu descendo a montanha, foi saudada por uma salva de palmas, e dahi em diante os bravos espontaneos acompanhavam repetidas vezes a sua inimitavel declamação. No fim de todos os actos foi chamada fóra, e depois do ultimo as cha- madas repetiram-se por muito tempo; as coroas e ramos de flores choviam de todos os lados aos pés da rainha da scena; todas as senhoras, tanto nos camarotes como na platéa, em pé, saudavam-na com os seus lenços brancos; em fim os applausos e bravos soavam cada vez mais entusiasticos. Era visivel a commoção com que a insigne Ristori agra- decia tantas provas de sympathia e de admiração.

«Depois do espectáculo a grande tragica foi acom- panhada até ao hotel luso-brasileiro, onde se hos- pedára, pela musica que á porta do theatro estive- ra tocando durante os intervallos. A maior parte dos espectadores seguiram-na até ali, victoriando-a de novo, ao que ella graciosamente correspondera, apparecendo á janella com seu marido, o Marquez do Grillo, e acenando com o seu lenço para o nu- meroso concurso que ali se achava. Foi uma noite de verdadeiro jubilo e enthusiasmo.

«Resta-nos só dar uma boa noite aos nossos pa- trios. A insigne Ristori, mostrando-se sumamente penhorada pela maneira porque aqui fora recebida, prometteu que, se voltasse a Portugal, como espe- rava fazê-lo no anno seguinte, não se esqueceria de vir a esta cidade; de que levava mui gratas reco- rdações.

«Hontem, pelas nove horas da manhã, partiu para Caminha a grande Ristori, e ainda n'este mo- mento recebeu ella inequivocas provas da admira- ção e respeito que entre nós despertou.

A Aurora do Lima termina a sua descripção, pu- blicando a poesia que se distribuiu n'essa noite no theatro.

O Viannense tambem se occupa, n'uma larga no- tia, d'esta representação, acrescentando que não só das povoações mais convizinhas, mas de Ponte do Lima, de Caminha, de Barcellos, e talvez de maiores distancias, affluiram visitantes a Vianna do Castello.

Evora — No seu noticiario agricola, diz o Jornal do Porto, que a sociedade agricola de Evora tinha recebido ha pouco uma machina de ceifar de Mac- Cormick ultimamente aperfeiçoada por Burgess e Key. Esta machina produz uma enorme economia nas despesas da colheita, mas o indicado jornal supõe que ella não possa ser applicada n'alguns pontos de Portugal, conforme as suas condições, e por isso recommenda de novo a de Cuttbert, de- xando ao bom juizo dos agricultores e das socieda- des agricolas (as quaes melhor podem fazer a ac- quisição de algumas novas machinas, e presta-las aos lavradores) a escolha de uma ou de outra, conforme as circumstancias locais que conhecem.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 27 de fevereiro ultimo, e de Paris até 23 do mesmo mez.

No dia 27 do mez proximo passado, recebeu-se em Madrid um despacho telegraphico, transmittido pelo commandante das forças navaes de operações, dando noticia do bombardeamento de Larache e de Arzila: «Calcula-se, diz o despacho, que as fortifi- cações do primeiro ponto tem 30 botes de fogo, e as do ultimo 10. As avarias nos navios são de pouca consideração. No bombardeamento de Larache mor- reu um soldado e ficaram alguns contusos. A es- quadra dirigiu-se depois para Rabat, a fim de bom- bardear esse porto.

Alem d'este os jornaes hespanhoes publicam os seguintes: DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela Correspondencia de Espana: Londres, 25 de fevereiro — O Times diz que a es- quadra do Canal composta de 7 navios, saiu de Potsdam, com destino para Lisboa.

O jornal inglez Te Press annuncia, que o impe- rador da Austria tenciona promulgar uma consti- tuição liberal que satisfiza tanto os interesses da provincia veneziana, como os da Hungria. Acres- centa o mesmo jornal que ne exerceo austriaco, es- tão-se fazendo grandes preparativos, e que o com- mando d'elle será conferido ao principe de Hess.

O Morning-Post diz que o tratado de com- mercio com a França estabelecerá, entre as duas po- tencias, uma alliança ainda mais íntima do que a que estabeleceu a guerra da Crimáa.

Na camara alta, lord Carnarvon perguntou se o general O'Donnell estabeleceu, como condição de paz, a extensão do territorio hespanhol na Africa; pro- posta esta que o orador julga incompativel com as promessas feitas pela Hespanha á Inglaterra.

Lord John Russell respondeu, que ignora se o territorio em que se alcançou a victoria foi dado pela Hespanha ao general O'Donnell.

O mesmo ministro, em resposta a outra inter- pelação, disse que na proxima quinta-feira seria ap- resentado o projecto de reforma.

As forças inglezas da expedição da China com- por-se-hão de 10:000 homens.

Lord Woodhouse annunciou que o governo fora informado de que a Hespanha pediu a Marrocos, co- mo base de paz, uma grande indemnisação pelas despesas de guerra, immensas vantagens commer- ciais, extensão de territorio, criação de um bispa- do, e admissão de um embaixador em Fez.

Lord John Russell respondeu a outra interpella- ção, que effectivamente fora conferido ao general

O'Donnell o título de duque de Tetuão, porém que ignorava se lhe fora cedido o territorio em que se dera a batalha.

RUSSIA

Transcrevemos ultimamente da Nova Gazeta da Prussia a noticia de que a Russia, de accordo com a Prussia, propozera a reunião de uma conferencia das cinco grandes potencias. Lemos hoje, n'uma correspondencia de Berlin, que se affirma nos cir- culos bem informados, que a Russia adoptou essa resolução por convite do governo francez.

INGLATERRA

Todas as noticias de Londres confirmam a im- portancia decisiva do triumpho alcançado pelo mi- nisterio na discussão do orçamento. A questão do tratado, a do orçamento, ou, para melhor dizer, a do gabinete, parecem achar-se de todo ganhas. Alem da emenda de sir Ducane, parece que exis- tem ainda outras, e principalmente a de sir Wil- liam Miles, que pede igualmente a redução do imposto sobre o rendimento; porém esta ultima e as outras terão sem duvida a mesma sorte da de sir Ducane. A attitudie conciliadora de sir Glad- stone tem contribuido poderosamente para consoli- dar a posição do ministerio. Sustentando com en- ergia os principios sobre as quaes assentou a sua pro- posta, o ministro inglez não hesita em aceitar aquel- las modificações que lhe são apontadas, e que lhe parecem uteis. Foi n'este sentido que elle respon- deu a uma deputação de Liverpool, n'uma carta que os jornaes inglezes publicam.

MARROCOS

Algumas correspondencias de Tetuão, dando no- tia da entrevista que ultimamente teve lugar en- tre o general O'Donnell, commandante em chefe das forças hespanholas, e Muley-Abbas, dizem que ambos os chefes chegaram ao logar da reunião, es- coltados, o primeiro por 3 esquadras e o segundo por 300 soldados de cavallaria. Quando se avista- ram, os generaes em chefe avançaram, com o seu respectivo estado maior, deixando a distancia as suas escoltas. Quando o general O'Donnell perden- do de todo a esperança de chegar a um accordo, apor- tou cortezmente a mão de Muley-Abbas, e em acto continuo apresentou-lhe todos os generaes que o acompanhavam.

INDIA (Et Horizonte.)

N'uma correspondencia de Bombaim, datada de 25 de janeiro ultimo, lê-se o seguinte: «Como todos sabem, os inglezes, ha pouco tem- po, affirmaram positivamente que Nana-Sahib tinha morrido, e dando noticia d'este facto os jornaes, até entraram em promeneos relativos a esse aconteci- mento. Acontece porém que o principal chefe da insurreição de 1858 não morreu, mas vive nas mon- tanhas do Oude. Os jornaes affirmam hoje que elle anda escondido, disfarçado em mendigo; porém é mais provavel que elle espere só por uma occasião favoravel para de novo começar a insurreição.

N'este paiz todos se occupam da grande expedi- ção que os inglezes vão mandar contra a China. Esta expedição assume taes proporções que se pôde dizer que os inglezes tencionam não só castigar os chinezes, mas até tomar-lhes provincias inteiras.

Eis uma lista exacta das forças que vão partir: De Bengala (do exercito da rainha): 3.º, 6.º, 8.º, 37.º, 67.º e 73.º regimentos de infantaria; 1.ª ba- teria; 4.ª batalhão de artilheria; 5.ª companhia de engenharia.

Do exercito indigena: 600 seikhs de cavallaria; 1 regimento de infantaria; 4 regimentos irregulares.

De Madrastra (do exercito da rainha): 44.º e 66.º regimentos de infantaria; 7.ª bateria; 14.ª batalhão de artilheria; 23.ª companhia de engenharia, e 1 esquadra de dragões.

Do exercito indigena: 2 companhias de artilheria, e 2 companhias de engenharia.

De Bombaim (do exercito da rainha): 81.º e 56.º regimentos de infantaria.

Do exercito indigena: 3.º e 5.º regimentos de infantaria.

Alem d'estas forças vae-se proceder á organiza- ção de um corpo de cavallaria irregular, que será composto dos melhores officiaes e soldados dos cor- pos indigenas de cavallaria.

Acha-se collocada a linha telegraphica entre Kur- rachee e Aden. A operação teve o melhor resulta- do possivel.

CHINA (La Patrie.)

O paquete da companhia oriental peninsular in- gleza, Alhambra, chegou ultimamente a Marselha,

com a mala da India e da China. N'este ultimo ponto a situação pouco tinha variado. A legação de França que outr'ora residia em Macau, installou-se official- mente em Shang-Hai. Esta cidade adquiriu desde os ultimos acontecimentos uma importancia enorme: muitos estrangeiros alli têm ido estabelecer-se, e o commercio tem assumido grandes proporções.

Um aviso de lord Canning, relativo á expedição chinesa, confirma officialmente os promeneos que ultimamente publicaram os jornaes de Bombaim, relativamente ao augmento do corpo expediciona- rio. Lord Canning designa n'esse documento sete novos regimentos e alguns corpos de cavallaria. A parte d'esse exercito que deve ser recrutada entre os indios, será formada de cinco batalhões de infan- teria, compostos dos voluntarios que se alistarem nos regimentos do Punjab, e nos regimentos dos indios. O aviso do vice-rei obriga todos os soldados a assignarem uma obrigação de dois annos, e a de- clararem que se alistam como voluntarios. Quando partiram as ultimas noticias, eram esperados na China os 73.º e 93.º regimentos europeus. Estes dois corpos e 245 homens do regimento 67.º, embarca- ram no dia 10 de janeiro ultimo a bordo do Aventure.

COCHINCHINA (La Patrie.)

Temos á vista uma correspondencia de Alexandria com interessantes noticias da Cochinchina, datadas dos ultimos dias de dezembro.

A energica demonstração do almirante Page, contra os fortes do littoral annamita, teve os melhores resultados. A julgar pelas informações dadas por viajantes chegados de Singapura a Alexandria, o governo annamita está resolvido a entrar em nego- ciações pacificas. Affirma-se que foram feitas dif- ferentes propostas n'esse sentido ao almirante com- mandante em chefe, apenas este ultimo chegou a Saigon. A correspondencia a que acima alludimos até affirma que tiveram lugar algumas conferencias entre o governador d'essa provincia, munido de plenos poderes, e o almirante Page.

Não obstante estas noticias serem transmittidas por uma correspondencia particular, tudo faz crer que ellas se baseiam em informações bem fundadas.

NOTICIAS CIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO DA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m. 755,22	11,7	83,8	NO.
3 t. 755,25	13,2	74,0	NNO.

DIA 29.

Maxima — temperatura.....	17,7 C.
Minima.....	8,5
Ozone, de noite.....	8,0
Ozone, de dia.....	4,0
Chuva (adometro).....	0,0 Mil.
Evaporação (vapormetro).....	2,8
Altura barometrica correcta.....	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.....	

NOTICIAS COMMERCIAES

ALFANDEGA DO PORTO

Receita da alfandega de 1 a 25 de fevereiro.....	131.561.4479
Idem no dia 27.....	65.19.4755
	138.101.4234

MOVIMENTO DOS VINHOS E AGUARDENTES

Fevereiro, 27

MANIFESTADO PARA DEPOSITO	Pipas Alm. Can.
Vinho.....	83 10 6
Aguardente.....	6 - -

DESPACHADO PARA CONSUMO

No Porto	Pipas Alm. Can.
Vinho maduro.....	67 3 11
Dito verde.....	2 11 -

DESPACHADO PARA EXPORTAÇÃO

Vinho.....	88 20 6
(Commercio do Porto.)	

(Commercio do Porto.)

Preços correntes de Guilherme M.º Andrew e Filhos

Registered por transmission abroad — Londres, 6 de fevereiro, 1860

EXPORTAÇÃO

	duzia	£ s. d.	£ s. d.	
Aguardente, cognac em garrafas.....	112 libras	22 - -	44 - -	
Alvaide.....	112 libras	24 - -	30 - -	fiame
Amil de Bengala.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Azoreio.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Arroz de Java.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Arroz de Aracan.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Arroz de Patna Impado.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Assucar de laca.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Azogue, por garrafa de 76 libras.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Buzios.....	112 libras	25 - -	30 - -	quieto
Cabos de linho.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Carvão de pedra em Galles e New Castle.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Cerveja branca em garrafas.....	112 libras	25 - -	30 - -	
» em meias garrafas.....	112 libras	25 - -	30 - -	
» pretas em garrafas.....	112 libras	25 - -	30 - -	
» em meias garrafas.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Chá verde bom hysson.....	112 libras	25 - -	30 - -	
» preto regular congou.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Cochenhilla.....	112 libras	25 - -	30 - -	calma
Contraria de semente.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Cravo de Zanzibar.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Fezos de ouro.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Genebra de Hollanda em barris de 80 galloes.....	112 libras	25 - -	30 - -	
» em caixas vermelhas de 15 garrafas.....	112 libras	25 - -	30 - -	
» em caixas verdes de 12 garrafas.....	112 libras	25 - -	30 - -	
» em caixas de 100 caixas.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Linho do Egypto.....	112 libras	25 - -	30 - -	fiame
» (dressed).....	112 libras	25 - -	30 - -	
Manteiga.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Metaes:				
Ferro linguado em Galles.....	112 libras	25 - -	30 - -	
» em Glasgow.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Arcoas de ferro em Liverpool.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Chapas.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Cubo em paños.....	112 libras	25 - -	30 - -	
» em funde.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Metal amarelo.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Estanho em verguinha.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Folha de Flandres, 1 C. de 1.ª qualidade.....	112 libras	25 - -	30 - -	
» de 2.ª.....	112 libras	25 - -	30 - -	
» coke.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Chumbo em barras.....	112 libras	25 - -	30 - -	
» em pasta.....	112 libras	25 - -	30 - -	
» em minério.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Zinco em chapas.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Óleo de Linhaca.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Pau de Campeche.....	112 libras	25 - -	30 - -	quieto
Pimenta.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Polvora, F solta, em barris de 100 libras.....	112 libras	25 - -	30 - -	
» FF.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Presantos inglezes.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Queijos londrinos.....	112 libras	25 - -	30 - -	
» pretos.....	112 libras	25 - -	30 - -	
» holandezes.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Sabão amarelo.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Salitre refinado.....	112 libras	25 - -	30 - -	
Tabaco em rama Maryland.....	112 libras	25 - -	30 - -	
» Virginia.....	112 libras	25 - -	30 - -	
» Cuba.....	112 libras	25 - -	30 - -	
» Brazil.....	112 libras	25 - -	30 - -	
» Havana.....	112 libras	25 - -	30 - -	

IMPORTAÇÃO

	libra	£ s. d.	£ s. d.	
Algodão de Pernambuco em Liverpool.....	libra	—	73 3/4	81 1/2
» da Bahia.....	libra	—	73 3/4	81 1/2
» do Maranhão.....	libra	—	—	—
Assucar da Bahia branco e loiro em Londres.....	112 libras	27	6	32
» mascavado.....	libra	22	—	27
» de Pernambuco e Parahiba branco.....	libra	27	6	32
» loiro e mascavado.....	libra	21	6	27
Azeite de palma.....	252 galloes	46	—	46
» doce.....	libra	54	—	55
» do Mar do Sul branco e claro.....	libra	29	—	32
Balsamo capivi.....	libra	—	—	—
Borraxa do Pará.....	libra	—	—	—
Cacau do Pará.....	112 libras	60	—	65
» da Bahia.....	libra	45	—	47
Café do Rio lavado.....	libra	62	—	72
» 1.ª sorte.....	libra	55	—	61
» 2.ª.....	libra	48	—	54
Castanha nova do Pará.....	168 libras	35	—	37
Cobo superior em cascos.....	112 libras	59	—	60
Cera amarela.....	8 libras	15	—	10
Cinzas de boi e de vacca.....	por chifres 128	17	—	70
Cinzas de ossos.....	tonelada	—	—	—
Cilina branca comprida.....	libra	3	6	4
» de rabos.....	libra	1	9	3
» misturada.....	libra	—	2	1
» curta ordinaria.....	libra	—	7 1/2	9
Coiros de toiro e de vacca secos do Rio Grande, pesados, da melhor qualidade, de 30 a 34 £.....	libra	—	11	1
» ligeiros, da melhor qualidade, de 10 a 13 £.....	libra	—	11 1/2	1
» de 2.ª qualidade.....	libra	—	8 1/2	10
» de 3.ª.....	libra	—	6 1/2	7 1/2
» secos salgados do Brazil.....	libra	—	8	9 1/2
» de Pernambuco.....	libra	—	7	8
» salgados do Rio Grande.....	libra	—	7 1/2	8
» do Rio de Janeiro.....	libra	—	5 1/2	6 3/4
» de cavallos salgados de Buenos-Ayres.....	libra	9	9	13
» secos.....	libra	7	—	10
Cremor tartaro.....	112 libras	7	—	16
Ebano.....	tonelada	7	—	16
Gomma copal.....	112 libras	1	3	4
» de peixe.....	libra	1	3	4
Ipecacuanha.....	libra	—	—	—
Jacarcanda do Rio.....	tonelada	20	—	30
» da Bahia.....	libra	12	—	20
Lã da Fronteira R&R lavada em Liverpool.....	libra	—	—	—
» do Alentejo.....	libra	—	—	—
» de Castello Branco.....	libra	—	—	—
» do Porto.....	libra	—	—	—
» de cordeiro.....	libra	—	—	—
» por lavar.....	libra	—	—	—
Marfim de 56 libras para mais em Londres.....	112 libras	40	15	43
» 35.....	libra	35	—	42
» 28.....	libra	34	—	41
» 20.....	libra	32	—	38
» de esmerilhoes.....	libra	12	5	31
» para balas.....	libra	4	10	9
Ossos.....	tonelada	4	10	9
Pau do Brazil.....	112 libras	21	—	26
Pontas de chifres.....	libra	—	5	7
Sarros de vinho.....	tonelada	60	—	65
Unhas de boi.....	libra	—	—	—
Urzella da Africa.....	tonelada	60	—	65
Metaes preciosos:				
Ouro em barra.....	onça	77	9	77
» portuguez em moeda.....	onça	76	3	76
» do Brazil.....	onça	76	3	76
» onças hespanholas.....	onça	74	6	74
» americanas.....	onça	5	13 1/4	5
Prata em barra.....	onça	5	13 1/4	5
» patacas brasileiras.....	onça	5	1	5
» pesos columnarios hespanhoes.....	onça	5	1	5
» moedas de 5 francos.....	onça	4	11 3/4	4
» cruados novos.....	onça	4	11 3/4	4
Vinho do Porto velho muito superior.....	pipa	69	—	70
» bom.....	pipa	48	—	55
» novo.....	pipa	37	—	40
» commun.....	pipa	33	—	35
» de 1858.....	pipa	45	—	50
» tinto do Porto.....	pipa	28	—	30
» de Lisboa.....	pipa	28	—	30
» branco.....	pipa	28	—	30
» seco.....	pipa	28	—	30
» com corpo.....	pipa	28	—	30
» de Bucellas.....	pipa	26	—	44
» de Carcavellos.....	pipa	38	—	42
» da Madeira, da India oriental, de 1.ª qualidade.....	pipa	80	—	95
» occidental.....	pipa	75	—	85
» em direitura.....	pipa	50	—	65



4 do corrente, pelas sete horas da noite, nas salas do centro promotor, versando a discussão sobre os *deveres e direitos dos cidadãos*.

A mesa pede a comparencia dos associados, assim como das pessoas estranhas á associação, sendo a todos permitido o direito de discussão.—O secretario, *A. A. da Silva Lobo*.

#### ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMMERIO E INDUSTRIA

Rua dos Douradores n.º 72, 1.º andar

Por ordem do ill.º sr. presidente é convocada a assembleia geral d'esta associação, extraordinariamente, para o dia 4 do proximo mez, ás quatro horas da tarde; sendo a ordem do dia: 1.º, ouvir ler as escusas de alguns membros dos cargos para que foram eleitos na ultima sessão; 2.º, eleição do secretario da mesa; 3.º, discussão do projecto do monte pio de viúvas; 4.º, idem do convite feito pelo professor caligraphico, o sr. Carlos Silva.

Mesa da assembleia geral, 28 de fevereiro de 1860. — Servindo de secretario, *José da Conceição Monteiro Ozorio*.

#### MONTE PIO ALLIANÇA

Não se tendo reunido numero sufficiente de socios para constituir a assembleia geral nos dois dias ultimamente annunciados, são do novo convocados todos os socios a comparecer no local do costume, sabado 3 do corrente, pelas sete horas da tarde, a fim de proseguir a discussão do projecto de reforma de estatutos; prevenindo-se de que, na conformidade do artigo 36.º § unico dos estatutos actuaes, se deliberará com qualquer numero de socios que esteja presente meia hora depois da annunciada.—O secretario, *Firmino Carlos da Silva*.

#### MONTE PIO UNIO

É novamente convocada a assembleia geral para segunda-feira 6 de março, ás sete horas da tarde, por não terem reunido os socios em numero legal segunda-feira passada; sendo o fim da reunião a approvação das contas do anno findo.

Sala, 29 de fevereiro de 1860.—O secretario, *F. A. Sotto Maior Raposo*.

#### MONTE PIO DA CORPORAÇÃO DOS ALFAYATES

É convocada a assembleia geral para o dia 5 de março, pelas oito horas da noite, para concluir a discussão do parecer da commissão de contas, eleição de commissão administrativa, e apresentação do projecto de estatutos da commissão de redacção.

—O secretario, *Custodio Ferreira Mendes*.

#### IRMANDADE DE SANTA CATHARINA, DA CORPORAÇÃO DOS LIVREIROS

A mesa d'esta irmandade convida todos os irmãos a reunir-se no dia 4 de março proximo futuro, na sua casa do despacho, para approvação do novo compromisso.

Lisboa, 28 de fevereiro de 1860.—O escrivão da mesa, *A. M. Verol*.

### PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

#### COMPENDIO DA GRAMMATICA PORTUGUEZA PARA USO DAS ESCOLAS

D. JOSÉ MARIA ALMEIDA E ARAUJO CORREIA DE LACERDA  
Do conselho de Sua Magestade  
Deão da sé patriarchal de Lisboa  
Vogal extraordinario do conselho geral da instrucção publica  
Reitor do lyceu nacional de Lisboa  
Deputado ás cortes da nação portugueza  
Socio effectivo da academia real das sciencias de Lisboa  
etc. etc. etc.

1 volume ..... 160 réis.

Aos directores de casas de educação, ou outras quaisquer pessoas, que quizerem porção de exemplares d'esta grammatica (pagando a importância no acto da requisição) se abonará de commissão 10%, comprando 50 exemplares, e 25 em cada 100; devendo dirigir-se para este fim ao escriptorio do editor, Francisco Arthur da Silva, rua dos Douradores n.º 178, 2.º andar, esquina do largo de Santa Justa.

### O MENSAGEIRO DAS DAMAS

JORNAL DE MODAS

Publicou-se o n.º 86 d'este antigo jornal, contendo, alem de escolhidos artigos em prosa e verso, quatro bellos figurinos illuminados, para homem e senhora, com a descripção da ultima moda de Paris. Subscreeve-se nas lojas de Bordado e Lavado, na rua Augusta: preço por 1 anno 13440 réis—6 mezes 720 réis—n.º avulso 140 réis. As assignatu-

ras da provincia fazem-se, enviando a sua importância por uma cautela do seguro do correio, franca de porte, ao escriptorio da redacção, na quinta da Torrinha, a Valle de Pereira. Preço com estampilha, 1 anno 16560 réis—6 mezes 780 réis.

#### TRATADO JURIDICO DE VINCULOS

ESCRITO SEGUNDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE EM 1824

Vende-se na livraria da viuva Marques e Filha, na rua Augusta n.º 15 (numeração nova)—Preço 240 réis.

### ANNUNCIOS

1 PELO TRIBUNAL DO COMMERIO DE 1.ª Instancia, escrivão Botto, a requerimento de D. Maria Rita Valezia da Silva Correia, autorizada por seu marido, José de Mello da Cunha Mendonça e Menezes, correu editos de trinta dias, chamando e citando a condessa de Gracia para ver offerecer um libello, em que lhe ha de pedir o pagamento do saldo do capital e juros de uma letra de 13470000 réis, que accidia ao brigadeiro Vicente Antonio da Silva Correia, e não pagara, com a comminação do lançamento, findo o dito prazo, e de ser offerecida a acção contra o curador que lhe for nomeado, visto ser inerte o seu domicilio.

2 PELO JUIZO DA 4.ª VARA, escrivão Jacome, correu editos de dez dias, chamando quem direito tiver a opposição no levantamento das quantias penhoradas a Ignacio Pombeiro de Almeida na mão do depositario do juizo, na comarca de Cintra.

3 PELO JUIZO DE DIREITO DA 5.ª VARA, escrivão Alvares, por officio do fallecido Lobo, correu editos de dez dias, chamando todos os que direito tiverem a quantia, depositada pela ex.ª camara municipal d'esta cidade, de réis 5300000, valor da propriedade expropriada na Carreirinha do Socorro, n.º 28 e 29, pertencente a massa fallida de Joaquim Barbosa Lima, para que o venham deduzir no dito juizo, pena de lançamento, e de se julgar livre e desembaraçada a dita recella.

4 PELO JUIZO ORPHANOLOGICO do bairro da Mouraria, escrivão Borges, correu editos de trinta dias, a requerimento de José Antonio Pereira, citando quem tiver que se oppor a que se julguem livres e desembaraçadas duas propriedades de casas, por elle arrendadas, pertencentes ao canal da fallecida Maria Joaquina, sitas uma na rua de S. Felix, n.º 49 e 50, freguezia da Lapa, e outra na rua dos Ferreiros, n.º 10 e 11, freguezia de Santa Catharina, isto com a pena de lançamento e recella, revertendo para o producto das mesmas propriedades, consignado no deposito publico, todos os encargos reaes ou particulares, por mais privilegiados que sejam, com que as mesmas se achassem oneradas.

5 MICHAELLA ANTONIA CANDIDA DE FARIA, viuva, moradora na villa de Monte-mór o Novo, fez seu bastante procurador o ill.º dr. José Francisco Soares Gamcoiro, residente na mesma villa, para lhe tratar de uma causa que letigava com os herdeiros do padre Manuel Maria de Seica

Rangel, e outros interessados aos bens do mesmo padre; a referida Michella Antonia Candida de Faria faz publico que da data d'este annuncio em diante dá por nullo e de nenhum effeito todo e qualquer contrato feito pelo supradito dr. Gamcoiro, tendente a ella annunciante.

6 ANTONIO COELHO, natural do lugar de Figueiredo, freguezia de S. Miguel de Fregues, julgado e comarca de Penafiel, e residente no lugar do Candal, freguezia de Santa Marinha de Villa Nova de Gaia, trata de habilitar-se pelo juizo de direito da dita comarca de Penafiel, e cartorio do escrivão Francisco Pereira de Faria, na curadoria da legitima de seu irmão, Joaquim Coelho, ausente em parte incerta: o que se faz publico, em observancia do artigo 313.º da Nov. Ref. Jud.

7 JOAQUIM DA COSTA NOVAES, proprietario e negociante da villa de Setubal, fez embargo judicial no direito e acção que tem Francisco Berens, também negociante da mesma villa, para haver de Constantino Rodrigues de Dias a importância de uns vales que param em poder d'aquelle; e isto em tanta quantia quanta baste para pagamento de uma letra de 500000 réis, e seus respectivos juros, de que o dito Berens é accionista, o qual assignou termo de deposito. Previno-se pois o publico d'esta occorrença, para que ninguém contrate com aquelle Francisco Berens acerca do alludido direito.

### COMPANHIA CAFÉ-CONCERTO

8 O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL da companhia café-concerto convoca os srs. accionistas para se reunirem no edificio do largo da Abegoria no dia 3 do corrente, ás sete horas da tarde, para se tratarem negocios de interesse da companhia. Lisboa, 1.º de março de 1860.—O presidente, *Jeronymo Emiliano de Abreu Metruas*.

#### COMPANHIA LISBOENSE DE ILLUMINAÇÃO A GAZ

9 POR ORDEM do ex.º sr. presidente da assembleia geral da referida companhia, e em virtude da resolução tomada em sessão de 15 de setembro de 1859, para—que seja convocada a assembleia geral extraordinaria d'esta companhia, nos termos do § 3.º do artigo transitorio dos seus estatutos, a fim de se proceder á reforma d'estes, segundo as bases do projecto offerecido pela commissão de exame de contas—são convocados todos os accionistas da mesma companhia, qualquer que seja o numero de acções que possuam, para se reunirem no seu escriptorio na rua da Boa Vista, n.º 13, no dia 3 de março do corrente anno, ás seis e meia horas da tarde, a fim de se levar a effecto aquella determinação. Lisboa, 29 de fevereiro de 1860.—O secretario da assembleia geral, *João Feliciano Marques Pereira*.

10 NA TARDE DE 7 DO CORRENTE, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se ha de arrematar por menos a quinta parte que fica em 5500000 réis, um moimbo de vento e seus pertences, no sitio da Praia, da villa do Barreiro, avaliado em 700000 réis, penhorado aos herdeiros de Diogo Hartley, a requerimento de Jonas Pariente, e outros, pela 4.ª vara, escrivão Paez Gago.—O escrivão da arrematação, *Silva*.

11 NO DIA 18 DE MARÇO, pelas onze horas da manhã, e cartorio do escrivão Carqueira, julgado de Almada, se ha de arrematar o dominio util da quinta do Bairro do Bemquerer, freguezia de Caparica, que se compõe de casas, terras de pio, arvoredos de fructo e oliveiras, e mais duas courelas do vinhão, terras de semeadura, arvoredos de fructo e olivei-

ras, contiguas á mesma quinta, o que tudo constitue um praço, fecho a Verissimo José da Costa em 83660 réis, avaliado em 1633800 réis, líquidos, e pertence ao executado José Pereira da Costa, e sua mulher.

12 ACHANDO-SE ULTIMADAS, por escriptura de 25 de fevereiro do corrente anno, lavrada nas notas do tabelião Abranches, todas as questões que embarcavam a venda do palacio da rua de S. José, n.º 201 a 203, nas proximidades do Passeio Publico, A. O. Guimarães está encarregado da venda do mesmo palacio, que consta de magnificas salas e acommodações, cocheiras, cavalariças, pátios, jardim, e abundancia de agua, e é livre de foro ou censo algum: o mesmo corretor presta os titulos e mais esclarecimentos no seu escriptorio, Caes do Sodré, n.º 8, das 9 ás 11 horas da manhã.

13 NO DIA 2 DE MARÇO PROXIMO, ás dez horas da manhã, no caes da villa de Setubal, proceder-se-ha, com autorisação da autoridade competente, a leilão de 2885 caixas de laranja, no estado em que se acharem, procedentes de Valencia no navio hamburguez *Brudertreue*, capitão Babbien, arribado ao porto d'aquella villa.

Lisboa, 28 de fevereiro de 1860.

#### PRAÇA DE D. PEDRO, N.º 85, LOJA

14 NO SABBADO 3 DE MARÇO, ao meio dia, se ha de fazer leilão de uma machina, com seis facas para aparar papel, e da maior dimensão que ha em Lisboa, e se ha de arrematar pelo maior preço que se offerecer.

### LEILÃO DE PLANTAS

15 DOMINGO 4 DE MARÇO, pelas onze horas, na rua de S. José, n.º 78, terá lugar a venda em leilão de diferentes especies de pinheiros, penacheiros, piconias arboreas, palmeiras exóticas, arvoredos silvestres, e muitas outras plantas, mais ou menos raras, e collecções de sementes.

### ESPECTACULOS

#### REAL THEATRO DE S. CARLOS

Sabbado, 3 de março, em beneficio da 1.ª dama a sr.ª Hensler, irá novamente á scena a opera *Traviata*.

Domingo 4 (56.ª recita de assignatura): opera *Roberto do Diabo*.

Segunda-feira 5, em beneficio das escolas do real conservatorio de Lisboa: opera *Barbeiro de Sevilha*. Os bilhetes com data de 27 de fevereiro têm entrada n'esta noite.

#### THEATRO NACIONAL DA RUA DOS CONDES

Sabbado, 3 de março, em beneficio de A. C. de Aguiar: *O que é Lisboa—Conjuração feminina—As duas cartas—Revista de 1859*.

Principia ás 7 horas e meia. N. B. O beneficio passado com a data de 13 de dezembro ultimo terá lugar no dia 6 do corrente.

## OBSERVATORIO METEOROLOGICO DO INFANTE DOM LUIZ, NA ESCOLA POLYTECHNICA

Latitude + 38° 43' 45" Longitude + 9° 8' 49" Greenwich. Altitude 97,9 metros. Distancia ao Tejo 1.226

Variações diurnas da declinação, observadas no solsticio do inverno do anno de 1859

DEZEMBRO 21						DEZEMBRO 22					
HORAS	DECLINAÇÕES	HORAS	DECLINAÇÕES	HORAS	DECLINAÇÕES	HORAS	DECLINAÇÕES	HORAS	DECLINAÇÕES	HORAS	DECLINAÇÕES
6 h. 0'	—	11 h. 0'	21° 32' 50"	4 h. 0'	21° 33' 30"	6 h. 0'	21° 29' 55"	11 h. 0'	21° 33' 00"	4 h. 0'	21° 35' 30"
5	—	5	32 85	5	33 85	5	29 60	5	33 00	5	35 25
10	—	10	33 00	10	33 55	10	29 55	10	33 15	10	35 20
15	—	15	33 20	15	33 35	15	29 60	15	33 30	15	35 15
20	21° 29' 75"	20	33 40	20	33 35	20	29 55	20	33 40	20	35 10
25	29 55	25	33 50	25	33 10	25	29 55	25	33 55	25	35 10
30	29 45	30	33 60	30	33 05	30	29 50	30	33 30	30	35 00
35	29 45	35	33 95	35	32 95	35	29 35	35	34 00	35	34 50
40	29 40	40	34 15	40	32 80	40	29 30	40	34 05	40	34 20
45	29 45	45	34 15	45	32 65	45	29 30	45	34 75	45	33 35
50	29 45	50	34 30	50	32 15	50	29 30	50	35 15	50	33 85
55	29 45	55	34 30	55	31 35	55	29 25	55	35 55	55	33 80
7 h. 0	—	12 h. 0	34 40	5 h. 0	31 65	7 h. 0	29 30	12 h. 0	35 70	5 h. 0	33 50
5	29 45	5	34 40	5	31 35	5	29 45	5	35 80	5	33 10
10	29 50	10	34 50	10	31 45	10	29 30	10	36 10	10	33 00
15	29 55	15	34 70	15	31 55	15	29 65	15	36 05	15	32 80
20	29 65	20	34 80	20	31 35	20	29 75	20	36 15	20	32 60
25	29 75	25	34 95	25	31 65	25	29 75	25	36 50	25	32 30
30	29 75	30	35 10	30	31 75	30	29 80	30	36 30	30	32 30
35	29 75	35	35 10	35	31 95	35	29 85	35	36 35	35	32 15
40	29 75	40	35 00	40	31 95	40	29 95	40	36 45	40	32 20
45	29 75	45	35 10	45	31 85	45	29 85	45	36 45	45	32 10
50	29 75	50	34 60	50	31 75	50	29 20	50	36 80	50	32 00
55	29 80	55	34 40	55	31 85	55	29 15	55	36 20	55	31 90
8 h. 0	—	1 h. 0	44 20	6 h. 0	31 85	8 h. 0	29 40	1 h. 0	33 95	6 h. 0	31 80
5	29 80	5	34 15	5	31 75	5	29 80	5	33 35	5	31 70
10	29 75	10	34 20	10	31 70	10	29 45	10	33 20	10	31 60
15	29 85	15	34 30	15	31 75	15	29 45	15	33 15	15	31 55
20	29 80	20	34 30	20	31 55	20	29 20	20	32 90	20	31 50
25	29 75	25	34 30	25	31 70	25	29 00	25	32 80	25	31 50
30	29 70	30	34 30	30	31 85	30	29 10	30	32 90	30	31 45
35	29 70	35	34 20	35	32 10	35	29 40	35	32 70	35	31 30
40	29 55	40	34 30	40	32 15	40	29 50	40	32 80	40	31 20
45	29 60	45	34 35	45	32 10	45	29 15	45	36 90	45	31 10
50	29 30	50	34 25	50	32 20	50	29 10	50	36 30	50	31 05
55	29 40	55	34 40	55	32 35	55	29 40	55	36 60	55	31 05
9 h. 0	—	2 h. 0	34 50	7 h. 0	32 35	9 h. 0	29 15	2 h. 0	33 80	7 h. 0	30 90
5	29 35	5	34 65	5	32 25	5	29 10	5	34 95	5	30 70
10	29 55	10	34 80	10	32 00	10	29 10	10	35 25	10	30 60
15	29 55	15	35 00	15	31 95	15	28 95	15	34 40	15	30 55
20	29 60	20	34 90	20	32 25	20	28 95	20	33 80	20	30 60
25	29 65	25	34 80	25	31 95	25	28 80	25	33 30	25	30 60
30	29 75	30	34 80	30	31 65	30	28 55	30	33 60	30	30 65
35	29 85	35	34 40	35	31 55	35	29 10	35	36 60	35	30 60
40	30 05	40	34 35	40	31 45	40	29 65	40	36 60	40	30 60
45	30 10	45	34 45	45	31 15	45	29 65	45	35 00	45	30 60
50	30 35	50	34 45	50	31 10	50	29 85	50	34 30	50	30 65
55	30 45	55	34 50	55	31 05	55	29 90	55	34 60	55	30 65
10 h. 0	—	3 h. 0	34 40	8 h. 0	30 95	10 h. 0	30 50	3 h. 0	34 40	8 h. 0	30 90
5	30 55	5	34 40	5	30 85	5	31 00	5	34 30	5	30 70
10	30 85	10	34 50	10	30 85	10	31 00	10	34 40	10	30 60
15	31 15	15	34 30	15	30 85	15	31 40	15	34 50	15	30 55
20	31 25	20	34 30	20	30 55	20	31 80	20	34 55	20	30 50
25	31 40	25	34 25	25	30 30	25	31 70	25	34 85	25	30 45
30	31 60	30	34 30	30	30 30	30	32 00	30	34 80	30	30 45
35	31 80	35	34 25	35	30 15	35	32 10	35	34 70	35	30 45
40	32 00	40	34 30	40	29 95	40	31 80	40	34 50	40	30 40
45	32 20	45	34 25	45	29 70	45	32 45	45	34 50	45	30 50
50	32 40	50	34 15	50	29 85	50	33 00	50	34 90	50	30 45
55	32 55	55	34 00	55	29 85	55	32 90	55	35 30	55	30 35
				9 h. 0	29 85					9 h. 0	30 25